



TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 462

**DESENVOLVIMENTO E TURISMO:
UMA ABORDAGEM CONCEITUAL**

Diomira M. Cicci Pinto Faria

Outubro de 2012

Ficha catalográfica

F224d Faria, Diomira M. Cicci Pinto Faria.
2012 Desenvolvimento e turismo: uma abordagem conceitual /
Diomira M. Cicci Pinto Faria. - Belo Horizonte :
UFMG/CEDEPLAR, 2012.
25 p. : il. - (Texto para discussão, 462)

Inclui bibliografia.

1.Desenvolvimento econômico. 2.Turismo – Aspectos
econômicos. I.Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de
Desenvolvimento e Planejamento Regional. II.Título. III.Série.

CDD: 338

Elaborada pela Biblioteca da FACE/UFMG - JN 077/2012

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL**

DESENVOLVIMENTO E TURISMO: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL

Diomira M. Cicci Pinto Faria

Pós-doutoranda Cedeplar – UFMG

**CEDEPLAR/FACE/UFMG
BELO HORIZONTE
2012**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. EM BUSCA DO "CONTENTAMENTO"	6
2.1. A teoria da modernização	7
2.2. O estruturalismo e a teoria da dependência	8
2.3. Teoria Neoliberal	9
2.3.1. Teorias baseadas em pressupostos neoliberais	11
2.4. Teorias alternativas ao modelo neoliberal	12
2.5 Comentário sobre as teorias do desenvolvimento	17
3. DESENVOLVIMENTO E TURISMO	18
3.1. As teorias do desenvolvimento e a contribuição do turismo.....	18
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	26

RESUMO

O turismo tem contribuído ao desenvolvimento econômico de territórios e regiões, entendido como sinônimo de crescimento econômico. O potencial do turismo para impulsionar o crescimento econômico é conhecido, mas sabe-se que pode também incentivar as inequidades. Sem detalhar que tipo de desenvolvimento e para quem, o turismo se utiliza do termo desenvolvimento como uma ideologia de progresso para todos. O propósito deste artigo é investigar a relação entre as teorias do desenvolvimento e o turismo, especificamente conhecer como cada corrente teórica analisa a contribuição do turismo ao desenvolvimento e apresentar alguns aspectos críticos sobre esta possível contribuição.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico, crescimento e turismo

Classificação JEL: O11 Y80

ABSTRACT

Tourism has contributed to economic development of territories and regions, understood as a synonymous of economic growth. The potential of tourism to drive economic growth is known, but it is also known that it can encourage inequities. Without detailing what type of development and for whom, the word development is used as an ideology of progress for all. The purpose of this paper is to investigate the relationship between development theories and tourism, specifically knowing how each theoretical current analyzes the contribution of tourism to development and present some critical aspects about this possible contribution.

Keywords: Economic development, growth and tourism

JEL: O11 Y80

1. INTRODUÇÃO

O incentivo ao turismo é geralmente justificado pela sua capacidade de desenvolvimento, muitas vezes o turismo é apontado como a única alternativa para o desenvolvimento de alguns territórios. Sem detalhar que tipo de desenvolvimento, o turismo se utiliza, com poucas exceções, do termo desenvolvimento como uma ideologia de progresso para todos. O propósito deste artigo é investigar a relação entre as teorias do desenvolvimento e o turismo, especificamente conhecer como cada corrente teórica analisa a contribuição do turismo e apresentar alguns aspectos críticos sobre esta possível contribuição.

Para esta tarefa serão analisadas as diferentes proposições teóricas sobre o tema do desenvolvimento, iniciando pelos teóricos da modernização, avançando pela teoria da dependência, pela abordagem neoliberal e pelas correntes teóricas alternativas a abordagem neoliberal. Em seguida, será analisado como cada teoria enfoca o turismo e sua contribuição para o desenvolvimento, utilizando estudos elaborados por diferentes autores. Nesta perspectiva analítica serão abordados alguns aspectos críticos sobre a relação desenvolvimento e turismo no mundo contemporâneo, avançando para o encerrando do artigo com os comentários finais.

2. EM BUSCA DO "CONTENTAMENTO"¹

Desenvolvimento é um termo ambíguo usado para descrever um processo pelo qual uma sociedade se move a partir de uma condição para outra, mas é também o objetivo desse processo (Sharpley, 2000). Furtado (1984, p.11) entende que o desenvolvimento é a satisfação crescente das necessidades básicas de uma população e a redução das desigualdades sociais, enquanto Sen (2000, p.52) considera que desenvolvimento é um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas disfrutam. Thomas (2000a, p.22) ao realizar uma análise do conceito desde o final da Segunda Guerra Mundial até o início do século XXI, o define como um processo que ocorre desde o nível local até o global, que atualmente está mais focado na solução de problemas que em expressivas transformações sociais.

Em um período de cinquenta anos, o conceito de desenvolvimento evolui de um processo destinado a alcançar o crescimento econômico de países para uma ação rumo ao desenvolvimento humano, ou seja, um processo para expandir as oportunidades das pessoas². As pessoas tornam-se o centro do interesse de estudiosos e a ideia de autonomia, em particular, torna-se o objetivo fundamental do desenvolvimento.

Se, por um lado, ao termo desenvolvimento se incorporam outras dimensões além da econômica, como será detalhado no decorrer deste texto, por outro lado, autores como I. Sachs, apud Thomas (2000a, p.5), em 1992, declaram que a ideia de desenvolvimento é uma ruína no debate

¹ Myint (1954) apud Agarwala (2010) afirmou que o descontentamento era um dos aspectos subjetivos do subdesenvolvimento.

² De acordo com a definição das Nações Unidas. Veja: <http://hdr.undp.org/es/centrodeprensa/que-es-dh/>.

intelectual e deve-se derrubar essa estrutura mental. Por sua vez, Esteva³, em 1996, sustenta que o desenvolvimento é o mito central da cultura ocidental. Afinal, o que dizem as teorias econômicas sobre o desenvolvimento e quais são os novos paradigmas? Como o turismo pode contribuir ao desenvolvimento a partir da ótica de cada uma delas?

A economia do desenvolvimento nasceu em um período histórico onde se observava o aumento da intervenção do Estado na economia na tentativa de definir propostas de ação política e social para acelerar o crescimento dos países atrasados. O enfoque teórico e analítico foi o subdesenvolvimento. As teorias elaboradas foram uma ruptura com a teoria ortodoxa marginalista vigente, que se baseava na escassez dos fatores de produção (incluindo o fator trabalho), destacando a questão das externalidades e da intervenção do Estado na economia (Myrdal 1965, Hirschman, 1961; Bastos e Britto, 2010). Quatro principais correntes de pensamento do desenvolvimento se apresentam: i) modernização ii) dependência iii) neoliberal) e iv) abordagens alternativas ao modelo neoliberal. Os principais argumentos de cada uma, as críticas e suas respectivas contribuições ao tema do turismo são apresentados abaixo.

2.1. A teoria da modernização

A teoria da modernização considera que o desenvolvimento é um processo evolutivo, que ocorre em etapas, em busca do progresso. A premissa é o crescimento econômico que, de acordo com Rostow (1956), permite que as sociedades evoluam através de estágios, passando de uma condição pré-capitalista (tradicional) para uma sociedade de consumo.

Do ponto de vista desta teoria, o desenvolvimento será alcançado através do crescimento econômico, sendo o desenvolvimento a última etapa de um *continuum de* crescimento econômico, onde mudanças radicais nos métodos de produção levarão a um crescimento sustentado (permanente), que por sua vez conduzirá ao aprofundamento das mudanças na economia e na sociedade. O setor industrial seria o responsável por essas mudanças, pois sua função de produção de elevada produtividade seria capaz de aumentar o produto per capita e, portanto, o aumento da poupança e do investimento produtivo, estabelecendo uma cadeia de demanda efetiva por outros bens manufaturados, contribuindo para a expansão urbana e para o fortalecimento do processo de industrialização. Segundo Rostow (1956, p.206) somente assim se poderá conter o "*velho demônio dos rendimentos decrescentes*". Segundo esta teoria, existem três fatores econômicos chaves para impulsionar o desenvolvimento: a poupança, as externalidades e o comércio externo. Para alcançar o desenvolvimento é necessário, essencialmente, aumentar a poupança como proporção da renda nacional, incentivar a industrialização, reduzindo a participação da agricultura na economia, seja na produção como no emprego. O Estado desempenha um papel importante na coordenação de investimentos para impulsionar as externalidades e fomentar o comércio internacional. Embora estes sejam os principais elementos, existem algumas especificidades entre os autores. Hirschman (1961, p.48) demonstra o seu desacordo com a literatura do desenvolvimento do final dos anos 50. Embora o foco dos autores fosse o de identificar barreiras ao progresso como, por exemplo, deficiência na

³ Esteva, Gustavo (1996, p.54) apud Elizalde, A.H (2008, p.327).

poupança, na propriedade da terra, instabilidade administrativa, carência de educação, entre outros, o diagnóstico de Hirschman é que, em última análise, não há uma carência de fatores, mas o que há é uma desarticulação dos fatores, de decisões e de tarefas que conduzam ao desenvolvimento. Sua proposta é estruturar e por em marcha um processo de coordenação de uma variedade de recursos disponíveis e de habilidades existentes, de modo a incentivar as ações humanas na direção do desenvolvimento.

As críticas à teoria da modernização mostram que se utiliza o crescimento econômico como sinônimo para o desenvolvimento e, nesta medida, a solução para alcançar o desenvolvimento baseia-se na expansão dos mercados, das empresas, enfim, do capitalismo (Hidalgo, 2008). Existem críticas também devido ao elevado nível de abstração de tal teoria (So, 1990, apud Telfer, 2004). Hirschman (1961) mostra que a teoria do desenvolvimento dos anos 50 nasceu do receio dos economistas da época quanto à continuidade do baixo nível de crescimento econômico ocorrido nas três primeiras décadas do século XX e durante a Segunda Guerra. Para este autor, o grande crescimento econômico verificado no pós-guerra alterou as expectativas, os modelos foram subutilizados e começaram a ser divulgados e aplicados no planejamento econômico dos países subdesenvolvidos. Nas palavras do autor: "Em um ambiente diferente daquele em que foi concebido, se deve esperar pouco de seus resultados" (Hirschman, 1961, p.59).

2.2. O estruturalismo e a teoria da dependência

A teoria da dependência surgiu na América Latina no início dos anos 60, apresentando uma forte crítica aos pressupostos da teoria da modernização que começava a perder força, principalmente porque se verificou que os países periféricos foram incapazes de manter índices satisfatórios de crescimento econômico, não conseguiram reduzir as desigualdades sociais e atingir o desenvolvimento esperado. Segundo os teóricos desta corrente o subdesenvolvimento e o desenvolvimento não constituem etapas de um processo, de um *continuum* evolutivo e, embora estruturalmente relacionados, são realidades diferentes resultantes do modo de produção capitalista mundial. O objetivo da “nova” teoria era entender a reprodução do sistema capitalista de produção nos países denominados periféricos, um sistema que gerava e aumentava as diferenças econômicas, sociais e políticas entre países e regiões.

Investigada desde as décadas de 1960 e 1970, esta teoria defende que desigualdades observadas em diferentes sociedades, referentes à tecnologia e à produtividade do trabalho entre áreas urbana e rural, como também a participação expressiva da população vivendo em nível de subsistência e as altas taxas de desemprego urbano são características observadas em economias subdesenvolvidas que podem ser entendidas a partir da origem e evolução do capitalismo industrial, onde a expansão do “centro” causa o subdesenvolvimento da “periferia”, a partir de uma divisão internacional do trabalho e da deterioração das relações de intercâmbio no mercado internacional, desfavorável para os países periféricos. Nas palavras de Gunder Frank (1980, p.44): *"...três séculos de intercâmbio desigual baseado em valores desiguais drenaram enormes volumes de capital da maioria das colônias do 'novo' mundo e dos povos colonizados, que a metrópole europeia investiu no desenvolvimento econômico, que no século XIX serviu para consolidar o subdesenvolvimento da América Latina."*

Na evolução do capitalismo industrial, os países do “centro” se especializaram em atividades onde o uso da tecnologia contribuiu para o aumento da produtividade, tornando-se mais eficientes, enquanto os países da “periferia” se especializaram em atividades onde o progresso técnico era insignificante, ou usado principalmente em setores cuja produção era demandada pelos países do “centro”, como nas áreas de extração de recursos naturais. Nas relações entre os países do “centro” e da “periferia” o que se observa é uma relação desigual de controle hegemônico dos mercados pelos países do “centro” e uma perda de controle dos países da “periferia” sobre seus recursos, causando uma transferência de renda da “periferia” para o “centro”. A integração dos países “periféricos” ao sistema capitalista internacional ocorre em um contexto de subordinação em que estes logo se transformaram em importadores dos novos bens de consumo dos países “centrais” (Furtado, 1978 e 1985; Hidalgo, 2008; Elizalde, 2008; Telfer, 2004). De acordo com Furtado (1985, p.80), para entender o subdesenvolvimento deve-se concentrar nos processos de produção e de circulação de bens, que juntos vão gerar a dependência cultural que sustenta o processo de reprodução das estruturas sociais correspondentes.

As recomendações deste marco teórico para alcançar o desenvolvimento se transformaram em estratégias para incentivar a industrialização nos países “periféricos”, propor o protecionismo do Estado e sua liderança no planejamento de investimentos, reunir esforços para reduzir o peso da dependência tecnológica, desenvolver uma política de substituição de importações para reverter a deterioração da balança de pagamentos, alterar a relação estrutural com o capitalismo internacional e fortalecer o mercado interno (Furtado, 1978; Thomas, 2000b; Telfer, 2004; Gunder Frank, 1980)⁴. De acordo com Furtado (1978, p. 125): *"Contudo, não se deve perder de vista que a luta contra a dependência não é senão um aspecto do processo de desenvolvimento, e este não existe sem a liberação da capacidade criadora de um povo"*.

Os críticos consideram que a teoria da dependência não forneceu soluções de como os países periféricos iriam superar as contradições internas do capitalismo (Thomas, 2000b), ou seja, um processo que é baseado na exploração do trabalhador e na apropriação privada da riqueza, suas recomendações em termos de políticas eram demasiado ambíguas (So, 1990, apud Telfer, 2004) e como fraqueza constata a ausência de análises a nível local (Preister, 1989, apud Telfer, 2004). No entanto, esta teoria continua a ser usada para explicar as relações de centro e periferia, como também continua a influenciar correntes intelectuais diversas, entre elas o desenvolvimento alternativo (Hidalgo, 2008; Elizalde, 2008).

2.3. Teoria Neoliberal

A corrente de pensamento neoliberal ganha força nos anos setenta em uma conjuntura econômica caracterizada por uma crise de oferta (aumento do preço do petróleo nos anos 1973/75 e 1979), por mudanças na política monetária dos EUA (taxas de juro crescentes) e alterações na política cambial (valorização do dólar a partir do início da década de 80) que resultou na desintegração dos

⁴ Furtado, 1978, p.123; Thomas, 2000b, p.46, Telfer, 2004, p.42; Gunder Frank, 1980, p.121.

fundamentos da ordem estabelecida no pós-guerra (acordos *Bretton-Woods* e o estado de bem-estar). Responde a uma estratégia política deliberada, cujo objetivo era o reordenamento das relações entre o centro hegemônico do capitalismo e outros países capitalistas, cujo paradigma ideológico foi o modelo anglo-saxão (Tavares e Fiori, 1993, p.18-20). A corrente neoliberal é ainda uma resposta à intervenção estatal cada vez maior na economia e um contraponto ao pensamento da escola estruturalista (Thomas, 2000b, p.42). Há uma retomada das ideias de livre mercado, proposto por Adam Smith⁵, e as vantagens comparativas de David Ricardo retornam como uma diretriz para o crescimento ou desenvolvimento econômico.

Na visão da corrente neoliberal o fortalecimento das estruturas de mercado é suficiente para alcançar os resultados esperados do desenvolvimento econômico e a intervenção de agentes específicos pode resultar em obstáculos a este processo de evolução. A partir dessa ideia de barreiras ao livre mercado é construído o argumento para explicar as diferenças entre o nível de desenvolvimento de diferentes países. Os principais obstáculos, de acordo com a corrente neoliberal, são: primeiro a tradição, ou seja, a continuidade dos modos de organização social fora do mercado⁶; em seguida as empresas monopolistas (indústrias e prestadores de serviços) e o monopólio da mão de obra, representado pelos sindicatos e regulação estatal.

As diretrizes para romper os "obstáculos ao desenvolvimento" se fundamentam na liberação do comércio internacional, o que contribuiria para o desenvolvimento das economias com base exportadora. Recomendam-se também políticas de liberalização do mercado, a privatização das empresas públicas e a redução da intervenção do Estado na economia⁷. Em geral, as orientações políticas para romper os "obstáculos ao desenvolvimento" foram estabelecidas pelo Banco Mundial ou pelo Fundo Monetário Internacional, através dos seus programas de ajuste estrutural⁸. Assim, para se alcançar o desenvolvimento devem-se adotar políticas econômicas que privilegiam a liberalização dos mercados (de capital e do comércio, mas não de mão de obra).

As políticas de ajuste global, irradiada a partir dos governos Reagan-Thatcher, transformaram a economia mundial, uma vez que as relações econômicas e a política internacional foram reordenadas, baseadas na doutrina neoliberal e cosmopolita, comandada por Washington (Tavares e Fiori, 1993, p.19).

O resultado de trinta anos de utilização das políticas neoliberais para alcançar o desenvolvimento⁹ não mostrou avanços quanto a redução da desigualdade entre os países. Como resultado das políticas de ajuste estrutural, muitas vezes verificou-se o aumento da pobreza, particularmente no grupo de mulheres e crianças. Observou-se que uma nova ordem mundial emergiu onde o Estado perde o poder em um mercado liderado e organizado por corporações globais. Tavares e

⁵ Deve-se deixar claro que Adam Smith não influencia diretamente aos neoliberais, uma vez que apoia a intervenção do Estado na economia através dos gastos públicos, argumento que volta para o debate econômico no século XX, a partir das ideias de Keynes. Ver Thweatt (1971, seção 2).

⁶ Relações conhecidas como igualitárias e ordenadas que possuem modos de integração econômica conhecidas como reciprocidade e redistribuição. Os recursos e os produtos não estão disponíveis para o mercado livre. Veja: Thomas (2000b, p.39) e Harvey (1980, capítulo 6).

⁷ Hidalgo (2008), Telfer (2004), Bastos e Britto (2010).

⁸ A ideia de mudança estrutural vem de Singer, 1952.

⁹ Para estudos de casos de vários países se recomenda o livro de Stiglitz, J. (2003) *O mal estar da globalização*.

Fiori (1993) mostram como a desregulamentação dos mercados financeiros e a liberalização do comércio desencadeou amargas experiências no Chile, Argentina e México na década de setenta, e novamente na Argentina e no México na década de oitenta, demonstrando que a instabilidade financeira e cambial pode levar o sistema bancário à insolvência, necessitando de intervenção estatal. A liberalização dos mercados financeiros, principalmente no Ocidente, resultou na recente crise internacional iniciada nos anos 2008/2009, cujo paradoxo foram as medidas intervencionistas tomadas pelos governos nacionais para reduzir a progressão dos danos. Frente a todos os problemas identificados, torna-se difícil argumentar que as forças do mercado são suficientes para promover o desenvolvimento, possibilitando a entrada no debate acadêmico de propostas alternativas.

2.3.1. Teorias baseadas em pressupostos neoliberais

Verificou-se, no debate sobre desenvolvimento, que algumas contribuições embora fundamentadas na teoria neoliberal, incorporavam aspectos de outras correntes teóricas, como o crescimento desigual (conformações de centro e periferia) e os efeitos de processos de causação circular cumulativa. É possível notar um retorno aos autores da década de 50, como Myrdal (1956), a partir de uma nova perspectiva. A nova geografia econômica, tendo Krugman (1991) como seu representante, utiliza ferramenta de análise baseada na teoria neoclássica de equilíbrio geral. Krugman adapta seu modelo de comércio internacional para explicar o comércio regional em um mesmo país e o debate do desenvolvimento baixa os olhos para a dimensão regional e territorial. O foco da análise são as aglomerações que são possíveis devido ao processo circular cumulativo.

Outra contribuição teórica que merece destaque refere-se ao crescimento endógeno¹⁰, que expande o conceito de capital que vai para além do capital físico, incorporando as dimensões da infraestrutura pública, o conhecimento e o capital humano. A teoria do crescimento endógeno atribui relevância ao capital humano como fonte de aumento da produtividade e crescimento econômico, o que sugere que o crescimento pode resultar da acumulação de capital humano, estimulando o treinamento e a educação dos trabalhadores, hoje e no futuro. O conhecimento se constitui em um novo fator para o crescimento a longo prazo, sem o qual o capital físico não atende aos requisitos do ambiente econômico (Romer, P. 1986 e 1994; Lucas, 1998 apud Bastos e Britto, 2010 e Sinclair e Stabler, 2009).

Embora estas correntes incorporem outros aspectos além dos puramente econômicos na determinação do desenvolvimento econômico, as recomendações de política seguem as orientações do liberalismo com prioridade para medidas de ajuste estrutural em detrimento de ações na dimensão social. Apesar de argumentos interessantes como economias crescentes de escala, capital humano, treinamento e capacitação, os modelos neoclássicos mantêm o argumento de equilíbrio com pleno emprego no mercado de fatores, o que não se verifica nos países subdesenvolvimento, constituindo-se em uma limitação desta corrente teórica quanto à proposição de ações que alcancem o desenvolvimento (Bastos e Britto, 2010, p.32).

¹⁰ Não é o mesmo que a teoria do desenvolvimento endógeno, que será mencionado nas "teorias alternativas ao modelo neoliberal", a continuação.

A partir do conhecimento das três grandes correntes teóricas apresentadas até aqui, pode-se admitir que para os teóricos da modernização e do neoliberalismo o desenvolvimento econômico é sinônimo do crescimento econômico. A teoria da dependência, por sua vez, incorpora ao discurso do desenvolvimento econômico a justiça social, onde o crescimento econômico é necessário para o desenvolvimento, mas não suficiente.

É relevante a crítica de Hidalgo (2008), ao dizer que confundir os conceitos de desenvolvimento e crescimento significa que o desenvolvimento se esgota na expansão dos mercados e do capitalismo e, conseqüentemente, na necessidade do sistema em maximizar os lucros das empresas. Com esta premissa a prioridade é, de forma errônea de acordo ao autor, o crescimento do produto no longo prazo, de onde serão extraídos os lucros das empresas além de uma concentração da riqueza nas mãos de poucos para permitir a geração de um superávit para investimento. Conseqüentemente, haverá uma pressão sobre o meio ambiente à medida que crescem o consumo e a produção (Hidalgo, 2008, p.97).

Assim, a busca por alternativas que incorporem o social, a redução da pobreza e uma melhor qualidade de vida para as pessoas continua e o desenvolvimento alternativo¹¹ e o pós-desenvolvimento¹² se apresentam como tentativas de romper com as correntes antecessoras que possuem um fundamento unidimensional, assentado no crescimento econômico.

2.4. Teorias alternativas ao modelo neoliberal

No final da década de 70 até os anos 90, o cenário econômico internacional conviveu com a valorização do preço do petróleo, com um aumento acentuado da taxa de juros dos Estados Unidos e com a valorização do dólar. O resultado foi um impacto na balança de pagamentos e na política monetária de muitos países, pois a resposta dos países da “periferia” foi a desvalorização das moedas nacionais, resultando na aceleração inflacionária. As políticas de ajuste macroeconômico ou estrutural do início dos anos 80 foram adotadas por vários países através de programas de apoio financeiro de instituições multilaterais, levando a uma recessão mundial (Tavares e Fiori, 1993). A formação dos grandes conglomerados transnacionais teve nesse período sua gestação e um novo padrão na distribuição da atividade econômica global, ou seja, a segmentação da produção se fez presente (Krugman, 1991; Scott, 2000). A forte presença de empresas transnacionais em diferentes territórios diminuiu os graus de liberdade que os países periféricos tinham para adotar políticas para proteger a economia nacional. O resultado para os países periféricos foi o desequilíbrio na balança de pagamentos e a ampliação da distância entre a renda per capita desses e dos países desenvolvidos.

Neste contexto, outras vozes entram no debate e o conceito de desenvolvimento se abre a outras dimensões além da econômica. O desenvolvimento alternativo incorpora as dimensões ambientais e humanas à dimensão econômica. Reconhece-se a importância das restrições ambientais para o desenvolvimento, por conseguinte, para alcançar o desenvolvimento, a partir desta corrente de

¹¹ Sharpley, R (2000, p.6)

¹² Hidalgo, 2008; Elizalde, 2008; Dierckxsens, 2008, Martinez, A. 1999.

pensamento, faz-se necessário incluir diferentes dimensões como a humana¹³, ambiental e econômica na elaboração de políticas.

As Nações Unidas entram no debate¹⁴, na tentativa de propagar a humanização parcial dos mercados, adotando o paradigma do desenvolvimento humano:

“...que vai muito além do aumento ou diminuição na renda de um país. Inclui a criação de um ambiente no qual as pessoas possam desenvolver seu pleno potencial e levar uma vida produtiva e criativa de acordo com suas necessidades e interesses. As pessoas são a verdadeira riqueza das nações. Portanto, o desenvolvimento envolve a expansão das oportunidades de cada indivíduo para viver uma vida de acordo com seus valores. O desenvolvimento é muito mais do que o crescimento econômico, que é apenas um meio, embora muito importante, para que cada pessoa tenha mais oportunidades. Para que exista mais oportunidades o fundamental é desenvolver as capacidades humanas: o conjunto de coisas que as pessoas podem fazer ou ser na vida. As capacidades essenciais para o desenvolvimento humano são desfrutar de uma vida longa e saudável, ser educado, ter acesso aos recursos necessários para alcançar um padrão de vida decente e participar na vida da comunidade. Sem essas capacidades, se limita o leque de opções disponíveis e muitas oportunidades na vida permanecem inacessíveis.”¹⁵

A abordagem da questão do meio-ambiente proporcionou o desabrochar de duas escolas de pensamento: a primeira refere-se ao desenvolvimento sustentável e a segunda a economia ecológica.

Desenvolvimento Sustentável

A partir da publicação dos resultados da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada através do "Relatório Brundtland", em 1987, verificou-se que o conceito de desenvolvimento sustentável associava a sustentabilidade ambiental ao conceito moderno de desenvolvimento (crescimento econômico). A questão que ocupa as mentes dos teóricos e formuladores de políticas é como corrigir a degradação ambiental. Pearce¹⁶ sugere que é necessário atribuir preços adequados a todos os recursos naturais e a todos os processos atualmente não contabilizados, pois uma vez “precificando” os produtos e serviços ambientais, o livre comércio será capaz de determinar quais produtos são mais utilizados que outros, priorizando os de menor preço que

¹³ É importante ressaltar que a preocupação com a dimensão humana do desenvolvimento existe em alguns teóricos desde o início dos anos 50, tais como: Myint (1954, p.142) ao fazer referência sobre os perigos de modelos macro de desenvolvimento não incluírem os problemas humanos fundamentais do atraso. Isto porque, para Myint, o problema da economia dos países atrasados tem dois aspectos diferentes: um objetivo e outro subjetivo, sendo que o último pode ser caracterizado como a economia do descontentamento e do desajuste, enquanto os aspectos objetivos são a estagnação e baixa produtividade da renda per capita. O outro autor é Myrdal (1956, p.28) ao considerar que a análise teórica não pode ser restrita a fatores econômicos de uma realidade social, esquecendo-se as conexões com fatores não-econômicos.

¹⁴ De fato, a Organização das Nações Unidas esteve sempre presente no debate sobre o desenvolvimento. A CEPAL, criada no final dos anos 40, participou ativamente no debate acadêmico e apoiou governos dos países da região quanto à formulação de políticas para alcançar o desenvolvimento.

¹⁵ Veja: <http://hdr.undp.org/es/desarrollohumano>. Acesso em 07 de outubro de 2010.

¹⁶ Pearce, D e outros. *Blueprint para uma Economia Verde*. Londres: Earthscan Publications, 1989, apud Boni e Ferrero (1997).

serão também aqueles de menor impacto ambiental. O mercado, então, continuará a alocar recursos e custos de forma eficiente.

O conceito de desenvolvimento sustentável foi objeto de diferentes fóruns das Nações Unidas ao longo da última década do século XX, seja na Reunião sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) no Rio de Janeiro, em 1992, que constituiu a Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável, com o objetivo de apoiar as ações dos governos neste tema; seja na Conferência sobre População e Desenvolvimento, no Cairo, em 1994, onde se decidiu que a população era fundamental ao desenvolvimento sustentável; seja na Reunião sobre Desenvolvimento Social em Copenhagem ou na Conferência sobre a Mulher, realizada em Pequim, ambas em 1995, ou na Conferência sobre Cidades – Habitat II, realizada em Istambul, em 1996, que ajudaram a esclarecer ao público as profundas relações entre todos os aspectos do desenvolvimento humano e sustentável¹⁷ e, finalmente, na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em 2002, onde na Declaração de Johannesburgo publicase o seguinte,

[...] assumimos a responsabilidade coletiva de promover e fortalecer os pilares interdependentes e sinérgicos do desenvolvimento sustentável: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental - nos níveis local, nacional, regional e mundial.” E continua: “Reconhecemos que a erradicação da pobreza, a mudança de padrões insustentáveis de produção e consumo, a proteção e gestão da base de recursos naturais para o desenvolvimento social e econômico são objetivos fundamentais e requisitos essenciais para o desenvolvimento sustentável.”¹⁸

O que se verifica é a incorporação de outras dimensões ao termo desenvolvimento, sem questionar ou colocar travas ao crescimento econômico. Pode-se, em um livre exercício, pensar o desenvolvimento sustentável como uma probabilidade condicional: $p(ds) = p(pa / ce)$, quer dizer, a probabilidade de se alcançar o desenvolvimento sustentável é a probabilidade da preservação do meio ambiente desde que haja crescimento econômico. Há aqueles que a veem como provável ($0 < p \leq 1$) e há outros que não acreditam em absoluto.

De acordo com Sharpley, R.(2000, p.2) se percebe uma ambiguidade no conceito de desenvolvimento sustentável, devido à falta de clareza conceitual, resultando que seu objeto e finalidade sejam interpretados de muitas maneiras. O resultado é que os responsáveis pelas políticas são forçados a definir o que será sustentável, os critérios de sustentabilidade, o nível de atuação (local, regional, nacional), além da dificuldade em medir e quantificar os impactos. Enfim, se constitui em um discurso político de instituições internacionais como as Nações Unidas que desenvolvem ferramentas, protocolos e acordos a nível internacional para melhorar o nível ambiental do planeta. De acordo com Hidalgo (2008, p.106):

¹⁷ Peres, M (2003, p.31).

¹⁸ Declaração de Johannesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável, pontos 5, 11 e 23, segundo o documento A/CONF.199/L.6/Rev2 mais Corr.1,4/9/2002 apud Péres, M (2003).

Desta forma, a abordagem está ligada ao modernismo através da construção de modelos de intervenção em que se confia fortemente nos mercados e nas novas tecnologias para resolver o problema ambiental.

A contribuição da economia ecológica

No entanto, há aqueles que consideram a "insustentabilidade" da economia, os mercados não são suficientes para alocar eficientemente os recursos, a tecnologia não é a solução para os problemas do aumento do uso de recursos naturais e devemos ser cautelosos no manejo de ecossistemas, como preconizado por Georgescu-Roegen (1999) e Martinez Alier (1999). Esse é o pensamento da corrente conhecida como economia ecológica, que de acordo com Martinez Alier (1999), não é uma nova disciplina, mas sim um novo campo de estudo interdisciplinar que se concentra na sustentabilidade. O conceito de sustentabilidade pode ser encontrado em Constanta (1994, p.122) que define sustentabilidade como a quantidade de consumo que pode continuar indefinidamente, sem deteriorar o estoque de capital, incluindo o estoque de capital natural. A questão essencial é: podemos crescer sem limite, em um mundo limitado? Como não é possível expandir o nível de consumo e estilos de vida dos países da Europa Central para todos os países da periferia, como já dizia Furtado (1985)¹⁹, se percebe a necessidade de mudanças sistêmicas nos valores da modernidade, pois o "bem-estar não consiste em maximizar o consumo, mas sim em minimizar as necessidades" (Hidalgo, 2008, p.108).

A economia ecológica considera os processos econômicos como sistemas abertos, pois os processos técnicos e econômicos para sua implementação possuem uma relação dupla com o ambiente físico e natural: de um lado extraem recursos para a produção e o consumo e, de outro lado, despejam resíduos e recursos não aproveitados. É necessário dar importância às diferenças entre os tempos de produção e de reciclagem. Para essa corrente teórica, duas questões são importantes ao relacionar meio-ambiente e desenvolvimento. A primeira é que os efeitos negativos do desenvolvimento econômico sobre o meio ambiente trazem consequências negativas para o próprio processo de desenvolvimento, questionando seus objetivos e sua capacidade de ser sustentável. A outra questão é a importância de se formular planos e políticas de desenvolvimento em uma perspectiva de médio e longo prazo, abordando adequadamente a questão dos recursos naturais e o meio-ambiente (Faria, 2005).

Observa-se um reconhecimento das falhas do processo de desenvolvimento, uma rejeição ao modo de pensar e viver construído pela modernidade. Há uma revalorização do pluralismo, das maneiras mais simples de vida e uma mudança no modo de pensar o território, se fortalecem as iniciativas locais e se dá importância a participação das comunidades no processo de desenvolvimento.

Desenvolvimento Endógeno

A partir desse renascimento da dimensão local ou territorial surge o desenvolvimento endógeno ou autocentrado, que visa reconhecer, fortalecer, incentivar processos internos às sociedades locais, que através da organização de seus próprios recursos, estratégias sociais, fortalecimento das estruturas

¹⁹ Furtado, C. (1985, p.75) afirmava que o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial era para uma minoria, porque o estilo de vida é tão alto que as tentativas de generalizar seria uma catástrofe para a civilização.

de rede podem levar a processo de desenvolvimento alternativo, de acordo com cada sociedade, buscando propostas para a transformação social, fortalecendo valores comunitários (Hidalgo, 2008, Vázquez-Barquero, 1999). Desta teoria provém o tema de "pensar globalmente e agir localmente". Nas palavras de Vázquez Barquero, (1999, p.32)

[...] o desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo de crescimento econômico e mudança estrutural, liderado pela comunidade local, utilizando o potencial de desenvolvimento, levando a melhores padrões de vida da população local. Arocena (1995) acrescenta que o desenvolvimento endógeno é um processo em que o social se integra com o econômico.²⁰

Em pesquisas realizadas por este autor em casos de industrialização endógena na Espanha, são apontados alguns fatores-chave que influenciam a mudança estrutural, chegando a converter-se em um processo de industrialização e desenvolvimento, são eles: a disponibilidade de alguma capacidade empresarial local; a oferta de mão de obra abundante e barata; a existência de uma estrutura social desenvolvida; o conhecimento local de novos produtos e mercados a partir de atividades comerciais prévias e a disponibilidade de um excedente proveniente de uma atividade agrária ou comercial (Vázquez-Barquero, 1999. p.34).

As críticas as correntes do desenvolvimento alternativo apoiam-se na ambigüidade do conceito de sustentabilidade, no excessivo controle do processo por parte do Estado, nas restrições ao crescimento econômico no longo prazo e a não consideração das possíveis mudanças de política a nível global, nas tecnologias e nas inovações. Além disso, a capacidade percebida para gerenciar a questão ambiental a partir de uma perspectiva global, pode desencadear conflitos entre as dimensões locais e globais, uma vez que aspirações como o direito à cultura, à democracia e autoconfiança podem representar um desafio para as comunidades e seu estilo de vida (Telfer, 2004).

O pós-desenvolvimento

Esta corrente de pensamento surge na década de 90 com um forte tom crítico, declarando o fim ou quase do desenvolvimento, pois de acordo com Sachs e Esteva, o "*desenvolvimento foi sempre injusto, nunca funcionou e agora verifica suas falhas*"²¹. Os teóricos do pós-desenvolvimento têm em comum uma posição contrária a tudo o que é considerado desenvolvimento, rejeitam a maneira de pensar e o estilo de vida do desenvolvimento originário do Ocidente, questionando as diferentes versões da modernização (Telfer, 2004, Elizalde, 2008, Hidalgo, 2008)²². Segundo Elizalde (2008, p.327), é possível vincular essa corrente a "*reflexão filosófica pós-moderna em relação à sua abordagem crítica da modernização e da modernidade*".

²⁰ Livre tradução a partir do original em espanhol.

²¹ Sachs e Esteves apud Thomas (2000a, p. 5). No original: "Sachs and Esteves are leading members of the 'post-development school' and argue that development was always unjust, never worked, and has now clearly failed".

²² Com posturas mais radicais há também a corrente pós-capitalismo, com um conteúdo que é alimentado pela teoria da dependência e afirma que "é hora de abordar as causas estruturais da pobreza, desigualdade e ecocídio". Para os estudiosos desta corrente é necessário mudar o estilo de vida, reduzir necessidades e buscar a vida plena. Ver Dierckxsens, 2008.

Para esta corrente é necessário introduzir conceitos básicos de uma nova linguagem econômica, porque a discussão econômica é altamente concentrada em questões de fluxos, equilíbrios, ajustes macroeconômicos que são traduzidos por inflação, balança de pagamentos, emprego, emissão, despesas fiscais, taxas de juros, receitas, entre outros, em detrimento de questões como patrimônio, recursos produtivos, população e a qualidade de vida. De modo geral, as sugestões para definir os limites de longo prazo a partir de uma perspectiva de sustentabilidade são as seguintes: i) em relação à tecnologia, incentivar aquelas que aumentam a produtividade de um recurso, ao invés de favorecer as que aumentam a produtividade na extração desse recurso, resultando em um duplo benefício ambiental: se utilizará menos recursos e menos resíduos serão gerados²³; ii) concentrar os esforços em satisfazer as necessidades humanas básicas de todas as pessoas, estimular a criatividade, auto-organização, cooperação e aumento da felicidade. O que se busca é uma nova proposta de organização social e cultural, que, de acordo com esta teoria, é possível devido às mudanças globais no mundo contemporâneo (Elizalde, 2008). Torna-se claro que o que é necessário é uma mudança de valores, caso contrário, como mudar o consumismo desenfreado de nossos dias?

Como demonstrado, houve uma evolução do conceito de desenvolvimento. Para Thomas (2000a), fazer um balanço²⁴ das conquistas de 30 anos das teorias e ações para o desenvolvimento (1970-2000) é reconhecer os progressos e retrocessos e não proclamar a sua ruína total. Para este autor se verificaram melhorias significativas a nível global, embora existam crescentes privações para muitas pessoas, sendo ainda necessário usar as ideias e prever ações com base no conceito de desenvolvimento, com todas as suas ambiguidades, na luta contra a pobreza.

2.5 Comentário sobre as teorias do desenvolvimento

Analizando a construção do conceito e o debate acadêmico sobre desenvolvimento desde o final do pós-guerra foi possível constatar sua evolução e complexidade. Passa da produção de modelos de crescimento econômico para países subdesenvolvidos ou regiões atrasadas para processos analíticos, avança da dimensão econômica a uma pluralidade de dimensões, incorporando, até o momento, aspectos referentes à conservação e proteção ambiental e o empoderamento de pessoas.

Seria inadequado tentar chegar a uma conclusão sobre o tema e sua evolução futura, mas existem algumas pistas. Atualmente cada corrente teórica é utilizada por diferentes autores, formuladores de planos e políticas, acadêmicos, governos, de acordo com a prioridade de cada um nas dimensões econômica, social ou ambiental, de crescimento econômico a mudança social. Para isso servem as teorias, para que, postas em prática, se verifique sua capacidade de explicar a realidade e fazer previsões. As mudanças, incorporação de dimensões, novas visões de velhas questões, novas propostas são tentativas de adaptar a teoria à realidade ou interpretações da realidade. Resultam da constatação de que as propostas e ações para alcançar o desenvolvimento econômico e reduzir as desigualdades não foram eficazes.

²³ Esta proposta também está entre aquelas apresentadas pelos teóricos do pós-capitalismo.

²⁴ Thomas (2000a). O balanço das ações de desenvolvimento encontra-se no Quadro 1.1, p.7. Os critérios considerados são: saúde, crianças, educação, mulheres, renda e pobreza, políticas e conflitos e meio ambiente.

Verifica-se o fortalecimento de aspectos não econômicos nas teorias de desenvolvimento (um retorno a Myrdal): pessoas, meio ambiente, conhecimento, terra, capital; a rejeição ou contestação dos valores originários da modernidade, a valorização de formas de vida mais simples, uma mudança de prioridades: concentrar esforços em satisfazer as necessidades humanas básicas de todas as pessoas, estimular a criatividade, auto-organização, cooperação e aumento da felicidade.

E o turismo? Como se incorpora em meio a tantas proposições e dimensões para se alcançar o desenvolvimento? A continuação se investigará como cada uma das correntes teóricas revisitadas anteriormente explica a contribuição do turismo ao desenvolvimento, uma vez que uma das justificativas mais importantes para incentivar o turismo é sua capacidade de contribuir ao desenvolvimento de regiões e territórios.

3. DESENVOLVIMENTO E TURISMO

A evolução do pensamento sobre o turismo e a sua contribuição para o desenvolvimento tem alguns pontos em comum com a construção do próprio conceito de desenvolvimento. Ambos começam a aparecer mais fortemente na literatura após a Segunda Guerra Mundial, tornam-se área de interesse de diversos pesquisadores em diferentes partes do mundo e temas de debate e pesquisa em organizações multilaterais como a ONU. O turismo é apontado por estes organismos como um propulsor do desenvolvimento. Mas, quais são as orientações de cada corrente teórica quanto à participação do turismo?

3.1. As teorias do desenvolvimento e a contribuição do turismo

O arcabouço teórico da modernização pode ser reconhecido em grande parte dos estudos que sugerem que as atividades turísticas podem levar ao crescimento econômico, pois seus efeitos multiplicadores se manifestam sobre a economia local e regional. As análises tomam como marco de referência os impactos positivos no ingresso de divisas, no emprego, incremento da produção, em novas oportunidades de negócios para os residentes, acrescentando, algumas vezes, os efeitos negativos, como a centralização urbana, concentração de investimentos e aumento das importações para satisfazer as necessidades dos turistas. Dentro desta perspectiva há muitos autores e foram selecionados alguns que analisaram o impacto do turismo sobre a economia de regiões, países, ilhas e arquipélagos, quais sejam: Modeste, 2000, Tisdell, 2001; Sathindrakumar, 2001; Plaza, 2006 e para aprofundar o papel desempenhado pelo Estado na promoção do turismo: Jenkins e Henry, 2000 e Rodriguez e Abramo (2008).

Jenkins e Henry (2000) apostam na relevância do turismo no desenvolvimento (econômico) dos países subdesenvolvidos e incentivam a intervenção do governo para alcançá-lo. Para eles, quanto maior é a participação do turismo nas economias em desenvolvimento, maior o papel desempenhado pelo Estado. Modeste (2000) analisa a estrutura econômica de três países do Caribe e demonstra, através de modelos econométricos, que o crescimento das economias dos países analisados foi estimulado pelo desenvolvimento do turismo, embora o setor agrícola tenha sido o grande prejudicado.

Plaza (2006) estuda o impacto do Museu Guggenheim Bilbao-MGB no País Basco e aponta a importância do turismo para a economia da região, afirmando que as receitas oriundas do MGB estão próximas de compensar os gastos públicos para a execução do projeto, enquanto Rodriguez e Abramo (2008) mostram como a colaboração dos setores público e privado, que nomeiam de "vantagem colaborativa", foi fundamental para o sucesso do Museu Guggenheim em Bilbao.

Com a perspectiva da teoria da dependência se apresentam estudos com uma vertente mais negativa da atividade, em geral afirmando a relação centro-periferia entre os países, sendo a "periferia do prazer"²⁵ dependente do centro em fatores chave como a chegada de visitantes estrangeiros e, conseqüentemente, na geração de divisas; na atração de empresas transnacionais para a implantação e gestão de empresas turísticas (especialmente cadeias hoteleiras); na contratação de mão de obra estrangeira para a gestão dos negócios; na importação de produtos para atender as necessidades dos turistas, entre outros, reduzindo o impacto econômico local e favorecendo a permanência da dependência dos países em desenvolvimento em relação aos países desenvolvidos. Dentro deste marco estão as investigações que mostram que os efeitos multiplicadores são menores do que os relatados com otimismo pelos teóricos da modernização, isto é, os países menos desenvolvidos, com relativo êxito no turismo, não foram capazes de dinamizar a economia local a partir das receitas geradas pela atividade turística (Streeter, 2006, p.408; Sinclair e Stabler, 2009, p 172; Sharpley, 2009, p.106 e Cooper et al, 2001, p.177). Além disso, a literatura aponta para os aspectos negativos da atividade, tais como: perda de identidade; efeito imitação sobre o consumo; aumento das importações de bens improdutivos; iniquidade nas oportunidades; pouco impacto sobre a pobreza; tendência inflacionária que acompanha o crescimento da demanda turística; incluindo o preço da terra e, sobretudo, o preço da habitação. As recomendações são a favor de uma ênfase no envolvimento do Estado na promoção da atividade turística em países ou regiões subdesenvolvidas, a integração territorial do turismo a outras atividades econômicas, uma política territorial harmoniosa e humanizada Callizo Soneiro (1991) apud Silva (2004, p. 346) e Hidalgo (2000).

Para a corrente neoliberal, o turismo é uma indústria exportadora do setor de serviços e oferece oportunidades de geração de emprego e renda para os países menos desenvolvidos. Os agentes financeiros de ajuda e cooperação devem oferecer recursos para desenvolver planos de desenvolvimento do turismo e implantar a infraestrutura necessária, porque a indústria do turismo é intensiva em capital²⁶. Começando em 1960, os recursos destinados ao turismo pelas instituições multilaterais se intensificaram. Na Europa os programas LEADER (*Liaisons Entre Actions pour la Développement des Économies Rurales*) se acercam do turismo no interesse de promover o desenvolvimento das zonas rurais²⁷; No Brasil, o grande divisor de águas foi o Programa de Desenvolvimento do Turismo da Região Nordeste do Brasil - Prodetur, que foi financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, no ano de 1994²⁸. O turismo se inclui no contexto da globalização dos mercados, de modo que incentivar o turismo internacional pode contribuir para o desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos, como apresentado no estudo de Clarke e

²⁵ Este termo está em Turner e Archer (1975) apud Telfer, 2004, p. 54.

²⁶ Telfer 2004: 56; J. Diamond (1977) apud Tisdell (2000).

²⁷ Telfer, 2004, p.136 e também ver <http://www.mendinet.org/leader.html>.

²⁸ Relatório de Conclusão de Projeto: Prodetur NEI.

http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/docs/docum_9_pcr_i.pdf.

Ng (1993) apud Tisdell (2000) onde, a partir de uma perspectiva neoliberal, os autores mostram que o turismo internacional é capaz de proporcionar benefícios econômicos e sociais para o país anfitrião. Atualmente, existem vários estudos que reagem a essa hipótese e mostram que o turismo internacional não é sempre benéfico para os países anfitriões (geralmente discutidos por teóricos da dependência, de acordo com o apresentado anteriormente), entretanto os agentes financeiros internacionais continuam a incentivar esta atividade como propulsora de desenvolvimento econômico²⁹.

Dentro das “novas” teorias baseadas em pressupostos neoliberais, vale destacar as orientações contidas na teoria de crescimento endógeno, especificamente a importância dada ao capital humano e a infraestrutura, temas que influenciaram as políticas e programas para o desenvolvimento de áreas turísticas. A infraestrutura pública como fundamental ao crescimento econômico legitimou investimentos em diversos locais turísticos, que beneficiaram moradores e turistas. Os gastos incorridos pelo setor público podem ser financiados por impostos, mas mesmo que causem distorções na economia, estudos mostram que o efeito final sobre o crescimento pode ser mais positivo do que negativo (Sinclair, 2009, p.182).

A teoria de desenvolvimento regional se mostra atraente para os estudos do turismo, pois esta é uma atividade desenvolvida em local específico e a concentração de empresas e as externalidades propiciadas por esta concentração podem contribuir para o crescimento econômico local e regional. Os estudiosos verificaram que o turismo como motor de desenvolvimento econômico irá depender do nível de diversificação da atividade produtiva do local e das próprias condições do desenvolvimento turístico, pois em virtude das fugas de receitas da atividade para outras regiões ou países, seja por remuneração dos ativos, mão de obra especializada ou compra de insumos, pouco permanecerá no local. A recomendação é mensurar o nível de fugas na economia e analisar se estas poderiam ser reduzidas por meio de ações de "substituição de importações" em nível local ou regional (Silva, 2004, Zhang, 2007 e Faria, 2012).

Quanto às teorias alternativas, há uma série de livros e publicações sobre turismo sustentável, ecoturismo, turismo verde e agora com um tom mais forte, o turismo comunitário. Pretende-se direcionar o turismo para o desenvolvimento humano e /ou sustentável, onde a diretriz principal é o empoderamento da população e preservação ambiental. Os estudos de diversos autores mostram que o turismo desenvolvido gradualmente tem mais potencial de integração com a comunidade que o turismo doméstico e pode gerar mais receitas no destino que o turismo internacional, pois utiliza mais recursos locais (Telfer, 2004, p.76 e p.59). Com esse novo olhar, alguns autores têm apresentado fatores que podem contribuir, a partir do turismo, a um desenvolvimento humano e sustentável, a saber:

- Uma efetiva integração do turismo com as comunidades: o turismo comunitário ou de pequena escala (Coriolano, 2006, Cañada y Gascon, 2007; Bartholo et al, 2009);
- Um maior cuidado e respeito ao meio ambiente, incluindo propostas de desenvolvimento turístico com uma diretriz de sustentabilidade a partir da economia ecológica (Furió, 1996; Faria, 2005);

²⁹ No Brasil, o Prodetur Nacional é um exemplo concreto. Ver: http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/prodetur.html. Acesso em 25 de setembro de 2012.

- Integrar o turismo ao desenvolvimento local ou endógeno, com uma forte integração território e turismo (Souza, 2002; Benevides, 2002; Lopez, 2003; Vera y Marchena, 1996);
- Planejar e gerir o turismo a partir do marco do desenvolvimento humano e sustentável (Rodrigues, 2002; Sharpley, 2000; Hidalgo, 2000)³⁰.

Em um estudo a respeito do turismo como uma alternativa para o desenvolvimento humano de Cusco (Hidalgo, 2000), a conclusão do autor é de que é necessário agir para garantir que as receitas obtidas sejam distribuídas equitativamente, especialmente entre aqueles de baixa renda, além de garantir a sustentabilidade ambiental e patrimonial, através da imposição de limites de acesso aos destinos mais saturados e realizar todas as ações "em um contexto de sustentabilidade cultural que assegure a sobrevivência dos valores que formam a essência da história da região" (Hidalgo, 2000, p.19).

A crítica às correntes de desenvolvimento alternativo em sua tentativa de explicar o turismo é que algumas querem atender mais a uma ideologia que está se tornando cada vez mais forte no discurso oficial dos organismos multilaterais e instituições como as Nações Unidas, em vez de objetivar o bem-estar das populações anfitriãs ou a proteção ambiental (Benevides, 2002).

Ao ler textos que têm como foco o turismo e desenvolvimento alternativo, alguns aspectos importantes merecem cuidados como a questão das escalas. Butler (1992) apud Telfer (2004, p.75) e Sharpley (2009, p.45) observaram que o turismo de massa pode ser uma opção conveniente e o ecoturismo ou turismo de pequena escala não é sempre sustentável. O que deve ser avaliado é que tipo de turismo é mais apropriado para cada situação de acordo com os objetivos de desenvolvimento que se quer alcançar. O mesmo vale para o ecoturismo que não é automaticamente uma atividade protetora do meio ambiente ou sensível ao controle ambiental, sendo muitas vezes o termo "ecoturismo" utilizado como estratégia de marketing (Tisdell, 2001a).

As teorias do desenvolvimento são, de modo geral, modelos explicativos dos processos sociais em que o uso de novas tecnologias (no sentido mais amplo: de gestão, de conhecimento e de capital) e o consequente aumento da produtividade deveria conduzir a uma melhoria no bem-estar de uma população. Um resumo dos principais aspectos referentes às diferentes teorias de desenvolvimento e sua interface com o turismo é apresentado no quadro ao final deste texto. Deve-se ressaltar que a tentativa de resumir muitos fatores em poucas linhas possui certas vantagens como possibilitar uma comparação esquemática, facilitando a absorção das semelhanças e diferenças, embora tenha inconvenientes, como a própria rigidez da classificação que não permite demonstrar as interseções que ocorrem em alguns casos.

Antes de finalizar, dois aspectos merecem ser destacados ao analisar o tema desenvolvimento e turismo. O primeiro refere-se a presença do Estado como ator estratégico na organização da atividade econômica e no desenvolvimento do turismo, que para algumas correntes como a de modernização e da dependência é bem vinda e mesmo no âmbito dos autores neoliberais, a presença do Estado para suprir a infraestrutura necessária para a concretização da atividade turística é recomendada. Em casos onde o turismo se apresenta como gerador de benefícios para a economia e a sociedade, o Estado está

³⁰ Os textos de Rodrigues (2002) e Sharpley (2000) são muito críticos ao termo "desenvolvimento sustentável".

presente como um ator estratégico junto com o setor privado (Rodriguez, 2008; Cañada y Gascon, 2007; Sharpley, 2010, Sinclair, 2009).

O segundo aspecto refere-se à participação das empresas transnacionais no turismo e como elas influenciam na capacidade deste ao desenvolvimento. As corporações transnacionais estão presentes em diferentes setores: transportes, hotelaria, operadoras e agências de viagens, alimentação, entre outras. Para reduzir a incerteza no mercado turístico, as empresas adotam modelos de integração econômica³¹. De acordo com Sinclair (2009)³², diferentes tipos de integração influenciam na alocação das receitas do turismo, quanto mais participação há dos agentes locais, maior é a apropriação local da renda. No entanto, as empresas dos países desenvolvidos têm vantagens em informações de mercado e de comercialização frente às empresas de países em desenvolvimento, por exemplo, operadoras de turismo internacional frente aos hoteleiros locais. O resultado para um país que decida incentivar o turismo abrindo-se ao mercado globalizado pode ser a promoção do crescimento, mas também o aumento da pobreza.

Neste sentido, verifica-se uma contradição entre os interesses das corporações transnacionais em expandir suas receitas e os interesses da população em melhorar suas condições de vida. Segundo as teorias convencionais, ambos interesses convergem, mas conforme as teorias alternativas, esses interesses não são complementares e sim uma fonte de conflito.

A contribuição do turismo ao desenvolvimento vai depender de onde se quer chegar, isto é, a um crescimento econômico tradicional, medido através de indicadores convencionais, incorporando o destino no contexto global do turismo, ou a um desenvolvimento mais humano, com oportunidades para faixas mais amplas da população, empoderamento e proteção ambiental, utilizando ferramentas para um desenvolvimento prudente da atividade, ou a uma transformação social como sugere Cañada e Gascón (2007, p.98):

o turismo como qualquer outro setor econômico, pode contribuir ao desenvolvimento de uma região ou gerar impactos altamente negativos; tudo depende do modelo utilizado e da sua gestão. Mas, historicamente, tende a causar mais problemas do que soluções, e especialmente entre a população mais vulnerável e no ecossistema. Frente a posições possibilistas que reduzem o problema à introdução de mecanismos de correção, mas seguem considerando o turismo como motor do crescimento econômico, entendemos que a relação entre turismo e desenvolvimento é mais complexa. O turismo deve ser entendido como um espaço de conflito social. Em torno da gestão e da escolha do modelo da atividade turística entram em concorrência e contradição diferentes interesses de setores sociais distintos: pelo uso dos recursos naturais, econômicos e humanos, pela distribuição de benefícios ou pela distribuição das externalidades negativas que são geradas. A questão é entender esta dinâmica de conflito nos modelos de desenvolvimento turístico e em sua gestão, e ter claro de qual lado das classes sociais queremos estar.

³¹ Por exemplo, integração horizontal no setor hoteleiro na forma de investimento direto estrangeiro, contratos de gestão, franquias, "brandings", assim como a integração vertical entre hotéis, companhias aéreas, operadoras e agências de viagens.

³² Sinclair (2009), n.º 6.

Por isso, ao dizer que o turismo vai gerar desenvolvimento, se sabe uma parte do tema, mas não se sabe para quem ou para quantos. Sharpley (2009, p.176-177) apresenta uma posição mais pragmática ao propor que,

o turismo é, essencialmente, uma atividade econômica, um setor expressivo e valorizado da economia capitalista global que possui o potencial de gerar uma variedade de benefícios econômicos para os destinos [...] e contínua [...] ao reconhecer que o turismo é, em essência, um esforço capitalista que se manifesta através do mercado de produção e consumo de produtos turísticos, serviços e experiências, se propõe a perspectiva de um **capital destino** que deverá ser o mais adequado marco para otimizar os benefícios econômicos do turismo em um destino.

Para o autor, este marco incorpora as dimensões e interseções entre turismo, desenvolvimento e meio ambiente, que deverá centrar-se sobre as necessidades e nos ativos produtivos dos destinos (territórios) e sua interação com as oportunidades e os desafios externos aos mesmos. Em um possível diálogo entre Gascón e Sharpley, a conclusão seria que a capacidade do turismo para influenciar o desenvolvimento de um destino é executá-lo de modo a alcançar objetivos de desenvolvimento definidos pelas pessoas que vivem neste destino.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo foram apresentadas as principais correntes teóricas que explicam o processo de desenvolvimento e como o turismo é incorporado em cada uma delas. Com o argumento de ser uma atividade capaz de gerar desenvolvimento, sem especificar que tipo de desenvolvimento, o turismo se utiliza do termo desenvolvimento como uma ideologia de progresso para todos.

Como as teorias de desenvolvimento, o turismo aplicado em diversos territórios tampouco contribuiu de maneira significativa para diminuir as diferenças entre regiões ricas e pobres, apesar de seus impactos positivos bastante divulgados e dos negativos, em geral conhecidos, mas não quantificados e pouco mitigados.

Na raiz do debate das diretrizes de cada teoria de desenvolvimento para reduzir a distancia entre regiões ricas e pobres, há uma contradição que são os interesses divergentes entre os residentes em busca de qualidade de vida e as empresas transnacionais presentes em vários setores que suportam as atividades turísticas, que buscam reduzir as incertezas e aumentar seus lucros. Para as teorias convencionais esses interesses convergem, para as teorias de desenvolvimento alternativo são divergentes e requer um espaço participativo para encontrar soluções que atendam às demandas de vários representantes da sociedade, o que significa lidar com conflitos, associar-se, negociar.

Em geral, o turismo tem contribuído para o desenvolvimento econômico dos destinos, entendido como sinônimo de crescimento econômico. Aprofundando a análise no tocante ao nível local e regional, sabe-se que o turismo como motor do crescimento econômico dependerá do nível de diversificação da atividade produtiva no local da atividade e das próprias condições do

desenvolvimento turístico, pois devido às fugas da receita resultante da atividade para outras regiões pouco permanecerá no local (Silva, 2004 e Faria, 2012). O nível de consumo também é crucial, pois se a atividade for concebida para um público exclusivo que consome bens com um nível de diferenciação muito grande e com uma significativa parcela de bens importados, será difícil que o turismo contribua ou impulse um crescimento de diferentes setores da localidade e, na melhor das hipóteses, servirá para favorecer especificamente apenas alguns grupos econômicos envolvidos na atividade. Deve-se lembrar da recomendação de Furtado (1985) de averiguar não só o processo de produção como também a circulação do excedente.

O potencial do turismo para impulsionar o crescimento econômico é conhecido, mas sabe-se que pode também incentivar as iniquidades. De acordo com Tosun y Jenkins (1996), apud Sharpley (2004, p. 147), os custos e benefícios do turismo não são compartilhados equitativamente. Na busca por turismo, os destinos se abrem ao jogo do mercado no contexto da globalização, evidenciando em alguns destinos a contradição *"de um modelo turístico de enclave que, em lugar de produzir desenvolvimento humano e benefícios para as populações, acentua os índices de pobreza e concentra a riqueza em poucas mãos"*³³. Neste sentido, não é o turismo em si que incentiva o desenvolvimento de uma região atrasada, mas sim a dinâmica do desenvolvimento local que pode converter o turismo em uma atividade favorável ou não a este processo.

Finalmente, observa-se como os estudiosos do turismo se apropriam das diversas teorias econômicas de desenvolvimento, incorporando as mesmas ideologias subjacentes, como é o caso do desenvolvimento sustentável e do turismo sustentável, sendo o último "primo" do primeiro, sendo ambos conceitos reativos e não proativos, pois foram desenvolvidos para combater teorias existentes que clamam pela exaustão dos recursos naturais. O discurso do desenvolvimento sustentável-DS e do turismo sustentável-TS conseguem unir grupos dinâmicos de um território, de uma região, de um país, num momento em que seus interesses coincidem, alegando que a busca pelo desenvolvimento sustentável ou pelo turismo sustentável é a promoção de uma consciência coletiva, que transforma a ideologia em uma necessidade prévia. Por isso, deve-se recordar que é possível ir mais além dos conceitos de desenvolvimento, como sugerido por Sachs, para agir objetivamente buscando a redução das desigualdades, uma melhor condição de vida para grupos mais amplos de comunidades, regiões e países.

³³ Trucchi, Giorgio. Universidade das Ilhas Baleares (GIST). Disponível em: <http://www.albasud.org/noticia/116/republica-dominicana-un-desarrollo-turistico-a-la-medida-del-capital-transnacional>.

QUADRO 1
Teorias do Desenvolvimento e Turismo

Turismo como um agente para o desenvolvimento				
Referências do Desenvolvimento	Teorias do Desenvolvimento			
	Modernização	Teoria da Dependência	Neoliberalismo	Desenvolvimento Alternativo
(A) Escala e Controle do Desenvolvimento				
Foco	Econômico	Econômico	Econômico	Sustentabilidade
Escala de desenvolvimento	Grande	Grande/Pequeno	Grande	Pequeno
Ritmo de desenvolvimento	Rápido	Rápido	Rápido	Incremental
Distribuição econômica	Pouco a pouco (<i>trickledown</i>)	Locais	Vai depender de programas de ajuste estrutural	Locais
Planejamento	De cima para baixo	De cima para baixo	De cima para baixo	De baixo para cima
Participação local	Limitada	Alta	Limitada	Alta
Liderança / controle industrial	Vinculada ao capital estrangeiro e às grandes empresas	Local / interno	Vinculada ao capital estrangeiro e às grandes empresas	Local / interno e alheio às empresas multinacionais
Papel do governo	Alto - baixo	Alto	Baixo	Alto-Baixo
Gestão	Estrangeira	Doméstica	Estrangeira	Doméstica
Alojamento	Enclave	Mescla	Enclave	Mescla
Distribuição espacial	Concentrada	Variada	Concentrada	Local
Turismo	Massa	Variado	Massa	Específico
Promoção	Pacotes	Variados	Pacotes	Independente
Emprego	Formal	In / Formal	Formal	In / Formal
Nível de Infraestrutura	Alto	Alto/baixo	Alto	Baixo
Necessidade de Capital	Alto	Alto/baixo	Alto	Baixo
Transferência de tecnologia	Alto	Mescla	Alto	Mescla
(B) Meio Ambiente e Interação com a Comunidade				
O uso de recursos	Alto	Alto/baixo	Alto	Baixo
Proteção ambiental	Baixa	Mescla	Baixa	Alta
Integração com o território	Baixa	Alta	Baixa	Alta
Conexão com outros setores	Baixa	Alta	Baixa	Alta
Consciência cultural	Exploração	Proteção	Exploração	Proteção
Desenvolvimento das instituições	Baixo	Alto	Baixo	Alto
Capacidade de adaptação	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa

Fonte: Telfer, D.J (2004, p.63).

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.; BURSZTYN, I. (Orgs.) *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009. Disponível em: <<http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/Livro%20TBC.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2010
- BASTOS, C.P; BRITTO, G. Introdução. En: AGARWALA, A.N; SINGH, S.P. (Orgs.) *A economia do subdesenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010. p.7-41.
- BENEVIDES, I.P. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. En: RODRIGUES, A.B. (Ed.) *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 23-41.
- BONI, A.A.; FERRERO, G. L-O (Eds.). *Introducción a la cooperación para el desarrollo*. Valencia: Universidad Politécnica de Valencia, 1997.
- BUTLER, R. W. Problemas e temas da integração do desenvolvimento do turismo. En: PEARCE, D. G; BUTLER, R. W. *Desenvolvimento em turismo: temas contemporâneos*. São Paulo: Contexto, 2002. p.85-103. (Coleção Turismo).
- CAÑADA, Ernest; GASCÓN, Jordi. *Turismo y desarrollo: herramientas para una mirada crítica*. Managua : Enlace, 2007. 182 p.
- CONSTANZA, Robert. Economia ecológica: uma agenda de pesquisa. En: MAY, P.; MOTTA, R. (Orgs.) *Valorando a natureza: análise econômica para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Campus, 1994. p.111-144.
- COOPER, Chris et al. *Turismo, princípios e prática*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- CORIOLO, Luzia N.M.T. *O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza*. São Paulo: Annablume, 2006.
- DIERCKXSENS, Win. La transición hacia el post-desarrollo. En: PIQUERAS, A.I. et al. (Coords.). *Desarrollo y cooperación: un análisis crítico*. Valencia: Tirant Lo Blanch, 2008. p.342-359.
- ELIZALDE, A.H. Hacia el post-desarrollo: el aporte del desarrollo a escala humana desde América Latina. En: PIQUERAS, A.I. et al. (Coord.). *Desarrollo y cooperación: un análisis crítico*. Valencia: Tirant Lo Blanch, 2008. p.315-341.
- FARIA, Diomira M.C.P. *Análisis económico del turismo desde la perspectiva de la economía ambiental y ecológica*. Alicante: Universidad de Alicante; Escuela Oficial de Turismo, 2005.
- FARIA, Diomira M.C.P. *Análisis de la capacidad del turismo en el desarrollo económico regional: el caso de Inhotim y Brumadinho*. 2012. 362f. Tese (Doutorado em Economia). Centro de Planejamento e Desenvolvimento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais e Universidad de Alicante, Belo Horizonte, 2012.
- FRANK, A. G. *Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- FURIÓ, Elies B. *Economia, turismo y medio ambiente*. Valencia: Tirant lo Blanch, 1996.

- FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Círculo do Livro S.A, 1985.
- FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- FURTADO, Celso. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FURTADO, Celso. Formação de capital e desenvolvimento econômico. En: AGARWALA, A.N; SINGH, S.P. (Orgs.). *A economia do subdesenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. *The entropy law and the economic process*. New York: ToExcel, 1999. p.1-21.
- HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.
- HIDALGO, Moisés M. Introducción a las teorías del desarrollo. En: PIQUERAS, A.I. *et al.* (Coords.). *Desarrollo y cooperación: un análisis crítico*. Valencia: Tirant Lo Blanch, 2008. p.91-112.
- HIDALGO, Moisés M. ¿Es el turismo un buen instrumento para el desarrollo humano de Cusco? *Crónicas Urbanas*. Cusco, n.8, p.13-32. 2000 (editada por el Centro Guaman Poma de Ayala, Cusco, Perú).
- HIRSCHMAN, A.O. *Estratégia do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. caps 1,2,3,4, 5 y 10.
- JENKINS, C.L.; HENRY, B.M. Government involvement in tourism in development countries. En: TISDELL, Clem (Ed.). *The Economics of Tourism*. Edward Elgar Publishing, 2000. v.2. p. 375-397. (The International Library of Critical Writings in Economics).
- KRUGMAN, Paul. *Geography and trade*. Cambridge: MIT, 1991. caps. 1 y 2.
- LEWIS, Arthur W. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra. En: AGARWALA, A.N; SINGH, S.P. (Orgs.). *A economia do subdesenvolvimento*. 2a.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.
- LÓPEZ PALOMEQUE, F. *El turismo en el desarrollo local y regional: aportaciones conceptuales*. Alicante: Universidad d'Alacant; Escuela Oficial de Turismo, 2003. Mimeografado.
- MARTÍNEZ, Alier J. *Introducción a la economía ecológica*. Madrid: Rubes Editorial, 1999.
- MODESTE, Nelson C. The impact of growth in the tourism sector on economic development: the experience of selected Caribbean countries. En: TISDELL, Clem (Ed.). *The economics of tourism*. Edward Elgar Publishing, 2000. v.2. p. 436-445. (The International Library of Critical Writings in Economics).
- MYINT, H. Uma interpretação do subdesenvolvimento econômico. En: AGARWALA, A.N; SINGH, S.P. (Orgs.) *A economia do subdesenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010. p 123-159

- MYRDAL, Gunnar. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Saga, 1965. Caps 1, 2, 3 e 4.
- PERES, M. *La cumbre de Johannesburg: antes, durante y después de la Cumbre Mundial sobre el Desarrollo Sostenible*. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2003.
- PLAZA, Beatriz The return on investment of the Guggenheim Museum Bilbao. *International Journal of Urban and Regional Research*, London, v. 30, n. 2, p.452-467, Jun. 2006.
- RODRIGUES, A.M. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. En: RODRIGUES, A.B. (Ed.) *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 42-54.
- RODRIGUEZ, Arantxa; ABRAMO, Pedro. Urbanismo, cultura e governança na regeneração de Bilbao. En: COELHO, Teixeira (Org.). *A cultura pela cidade*. São Paulo: Iluminuras, 2008. p.103-133.
- ROSTOW, W.W. A decolagem para o crescimento sustentado. En: AGARWALA, A.N; SINGH, S.P. (Orgs.) *A economia do subdesenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010. p 181-211.
- SATHIENDRAKUMAR, R.; TISDELL, C. Tourism and the economics development of the Maldives. En: TISDELL, Clem. *Tourism economics, the environmental and development: analysis and policy*. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2001. p.190-205.
- SCOTT, Allen J. Economic geography: the great half-century. *Cambridge Journal of Economics*, London, v. 24, n. 4, p. 483-504, July. 2000.
- SCOTT, Allen J. *Production, work, territory: the geographical anatomy of industrial capitalism*. London: Allen & Unwin, 1986. Cap. 15.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SHARPLEY, Richard. *Tourism development and the environment: beyond sustainability?* London: Earthscan, 2009.
- SHARPLEY, Richard. The consumption of tourism. En: SHARPLEY, R. and TELFER D.J. (Eds.). *Tourism and development: concepts and issues*. Clevedon: Chanel View Publication, 2004, p.300-318.
- SHARPLEY, Richard. Tourism and sustainable development: exploring the theoretical divide. *Journal of Sustainable Tourism*, Clevedon, v. 8, n. 1, p.1-19. 2000.
- SILVA, Jorge A.S. *Turismo, crescimento e desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em cluster*. 2004. 480 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- SINCLAIR, M. T.; STABLER, M. *Aspectos econômicos do turismo*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.
- SINGER H. W. A mecânica do desenvolvimento econômico. En: AGARWALA, A.N; SINGH, S.P. (Orgs.) *A economia do subdesenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

- SOUZA, Marcelo J.L. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? En: RODRIGUES, A.B. (Ed.) *Turismo e desenvolvimento local*. Hucitec: São Paulo, 2002. p.17-22.
- STREETEN, P. Culture and economic development. En: GINSBURGH, V.A; THROSBY, D. (Eds.). *Handbook of the economic of art and culture*. Amsterdam: Elsevier, 2006. v. 1, p.400-412.
- TAVARES, Maria C.; FIORI, José L. *Desajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- TELFER D.J. The Evolution of tourism and development theory. En: SHARPLEY, R.; TELFER D.J. (Eds.). *Tourism and development: concepts and issues*. Clevedon: Chanel View Publication, 2004. p.35-78.
- THOMAS, Alan. Poverty and the “end of development”. En: ALLEN, Tim; THOMAS, Alan (Eds.). *Poverty and development into the 21st century*. Oxford: The Open University, 2000a. p.3-22.
- THOMAS, Alan. Meanings and views of development. En: ALLEN, Tim; THOMAS, Alan (Eds.). *Poverty and development into the 21st century*. Oxford: The Open University, 2000b. p.23-48.
- THWEATT, William O. *Teorias do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. cap. 2.
- TISDELL, Clem (Ed.). *The economics of tourism*. Edward Elgar Publishing, 2000. v. 2. (The International Library of Critical Writings in Economics).
- TISDELL, Clem. Ecotourism: aspects of its sustainability and compatibility with conservation, social and other objectives. En: TISDELL, Clem. (Ed.). *Tourism economics, the environment and development: analysis and policy*. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2001a. p.131-141.
- TISDEL, Clem; MCKEE, David L. Tourism as an industry for the economic expansion of archipelagoes and small island states. En: TISDELL, Clem. (Ed.). *Tourism economics, the environmental and development: analysis and policy*. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2001. p.181-189.
- VÁZQUEZ-BARQUERO, A. *Desarrollo, redes e innovación: lecciones sobre desarrollo endógeno*. Madrid: Pirámide, 1999.
- VERA, F.R.; MARCHENA, M. El modelo turístico español: perspectiva económica y territorial. En: PEDREÑO, A. (Dir.); MONFORT, V. (Coord): *Introducción a la economía del turismo en España*. Madrid: Civitas, 1996. p.326-364.
- ZHANG, Jie; MADSEN, B.; JENSEN-BUTLER, C. Regional economic impact of tourism: the case of Denmark. *Regional Studies*, Cambridge, v. 41, n. 6, p.839-854, Aug. 2007.